



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



# **60**

## *Discurso na solenidade de apresentação da Agenda 21 Brasileira – Bases para Discussão para o Desenvolvimento Sustentado*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 8 DE JUNHO DE 2000**

*Senhor Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho; Senhor Chanceler Luiz Felipe Lampreia; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Governadores Siqueira Campos, do Tocantins; Jorge Viana, do Acre; Senhores Líderes; Parlamentares; Embaixadores; Membros da Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21; Senhores Secretários Estaduais de Meio Ambiente; Senhoras e Senhores,*

Esta é uma semana marcante e importante para o meio ambiente. Na segunda-feira passada, dia 5, comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente. Ontem aqui, neste Palácio, demos início a uma campanha destinada a difundir alternativas à prática de queimadas na agricultura, sob o comando do Ministro Pratini de Moraes, aqui presente. Foi um lançamento importante para, na linha do que disse há pouco o Ministro Sarney Filho, em cooperação estreita com a sociedade civil e com os olhos livres da administração, aumentarmos o grau de consciência a respeito das questões ambientais e, no caso específico, do problema das queimadas que todo ano, nesta época, começa a preocupar o Governo e a sociedade.

Hoje, estamos recebendo, aqui, este documento “Agenda 21 Brasileira – Bases para Discussão para o Desenvolvimento Sustentado”. A Agenda era tão pesada que quase não se sustentava na minha mão.

Temos, portanto, uma boa oportunidade para voltarmos ao tema que já foi, aqui, brilhantemente exposto, pelo Ministro Sarney, do desenvolvimento sustentável. E esse documento, que acabei de receber, imagino que analise as vulnerabilidades e as potencialidades do Brasil, em relação à questão do desenvolvimento sustentável, e que proponha linhas de ação e estratégias.

É claro que o resultado disso é um diálogo preliminar dos diversos setores da sociedade com o Governo. Não é, ainda, um documento acabado. É um ponto de partida para uma discussão mais ampla, que deverá constituir a Agenda 21 Brasileira. Espero que será uma agenda discutida por todo o país, através de seminários e tudo o mais.

De modo que, de alguma maneira, nesta cerimônia, estamos relançando, na base do espírito que se iniciou na Rio-92, a discussão sobre o tema do desenvolvimento sustentável. Aqui, uma casa de gente tão bem informada, nem caberia a mim perguntar o que é isso porque, na verdade, todos os que aqui estão sabem os diferentes aspectos que o tema do desenvolvimento sustentável abrange. Mostra que precisamos preservar o meio ambiente para gerações futuras e, portanto, precisamos ter um padrão de desenvolvimento que seja capaz disso. Por outro lado, que seja capaz de atender, também, às necessidades econômicas, políticas e sociais dos cidadãos que vivem nos dias de hoje.

Disse, aqui, o Ministro, que o tema nasceu já praticamente ligado ao debate da ecologia. Na verdade, foi a partir desse debate que houve uma ênfase maior no desenvolvimento sustentável. Eu me recordo de que, nos anos 70, ia muito freqüentemente à Suécia, para uns seminários que havia na Fundação Dag Hammarskjold, que era da Universidade de Upsala. Isso, no começo dos anos 70.

Essas idéias eram, então, ainda preliminares. Mas havia, notadamente, duas pessoas que se dedicavam ao tema e que me marcaram muito pela sua atuação intelectual. Um é colaborador nosso até

hoje, o Professor Inacy Sachs, que freqüentemente vem ao Brasil. E o outro é um professor norueguês chamado Johann Galtung.

Sou sociólogo de formação e tinha passado pelas Nações Unidas, pela Cepal, a Comissão Econômica da América Latina, com a obsessão que foi a da minha geração, que era a obsessão pelo desenvolvimento, o tema da luta contra o subdesenvolvimento. Confesso que, inicialmente, até me chocavam as colocações que eram feitas em Uppsala. Porque não cabiam na temática do desenvolvimento as preocupações que ali estavam sendo levantadas. Mas, por sorte, foram levantadas e sendo incorporadas à nossa preocupação sobre o desenvolvimento.

Escrevi, há muitos anos, também na década de 70, um trabalho que foi publicado numa revista chamada *Development Dialog*, em que tentava incorporar essas idéias. Mas não tinha a precisão que hoje se tem. Na época, havia uma contraposição ao que era, aqui no Brasil, a sensibilidade predominante. E a sensibilidade predominante, hoje, nos envergonha. Diziam assim: “Bendita poluição”, porque queriam que as fábricas poluidoras viessem para o Brasil.

A mentalidade desenvolvimentista da época era de tal maneira desligada das questões mais amplas de preocupação com o meio ambiente e mesmo com a condição de sobrevivência dos seres humanos, que se imaginava que tudo isso deveria ser, naturalmente, apenas um luxo de países desenvolvidos que falavam nesses temas – quem sabe até para nos afastar do desenvolvimento – e o que tínhamos que fazer aqui era nos desenvolvermos de qualquer maneira.

Então, de lá para cá, dos anos 70 para cá, passou o tempo. São 30 anos. Mas vê-se que, hoje, o clima é totalmente diferente. Hoje, existe, naturalmente, uma preocupação fundamental com o uso sustentável dos recursos naturais, com a modificação dos padrões de produção e eliminação dos consumos predatórios, com a justiça social, um tema que é inerente à mesma preocupação, com a diversidade cultural, com a questão da equidade, com as questões do gênero.

De alguma maneira, a noção de desenvolvimento sustentável partiu dos ecologistas, teve essa fusão com os economistas e com os sociólogos,

mas ela acabou engolindo tudo, porque, hoje, na verdade, é uma preocupação com o ser humano, na sua imensa diversidade de dimensões que inclui a Natureza, porque o ser humano é parte da Natureza. À medida que se separa o ser humano da Natureza, faz-se aí uma operação metafísica difícil de ser sustentada. Portanto, foi necessário que se incorporassem todas essas dimensões à questão do desenvolvimento sustentável. E, finalmente, para incluir a ciência política. O que o Ministro acabou de dizer aqui é verdade: não se aceita mais a discussão do desenvolvimento sustentável sem que se discutam as formas de participação, os canais de acesso à informação, enfim, sem que haja um movimento no sentido de que a sociedade passe a tomar parte nas decisões, não apenas ser informada sobre as decisões, não apenas se manifestar se está contra ou a favor, mas na própria elaboração do processo decisório.

Se há algo a que, na entrada deste novo século, estamos assistindo como uma modificação, não apenas conceitual, mas na prática, é o fato de que a democracia passou a incorporar essa dimensão de participação de uma maneira muito direta e passou a incorporar, naturalmente, a idéia de que a democracia não se resume ao fato eleitoral, às regras que devem ser respeitadas também nem se resume à escolha dos representantes e a sua alternância no poder. Mas ela se amplia no sentido de mostrar que existe uma permanente interação entre Governo e sociedade porque, senão, não existem as condições de uma decisão que seja realmente legitimada no seu próprio processo.

No passado, quem discutia legitimidade política, discutia em termos das condições formais de acesso ao poder: foi ou não foi eleito, de que maneira está lá, etc. Hoje, a legitimidade implica muito mais do que isso, porque implica uma espécie de continuidade permanente de legitimidade através dos mecanismos de participação e de colaboração efetiva nessa questão. Por todas essas razões, é muito importante, agora, que discutamos com a sociedade as definições de prioridade para o desenvolvimento. E é por isso que estamos lançando esta Agenda Brasileira para o século XXI.

Não a li ainda, naturalmente, mas o Ministro já alertou: nem tudo é o que o Governo pensa. Se fosse tudo o que Governo pensa,

não haveria necessidade da negociação com a sociedade, porque seria, simplesmente, uma decisão de Governo. Não é disso que se trata. Trata-se de uma interação. Da mesma maneira como haverá interação, não quer dizer que os grupos que participam possam esperar que o resultado final seja exatamente aquilo que eles propuseram porque, no processo, as coisas mudam e tem que haver, aí, uma forma de síntese, alguns mecanismos que levem a uma definição que seja sustentada por todos.

E essa discussão não é, obviamente, simples. Temos, nessa discussão, que distribuir custos e benefícios entre indivíduos e entre grupos, em âmbito nacional, regional, internacional, nessa geração e, ao longo do tempo, atingindo outras gerações.

É, portanto, óbvio que há uma importância também nessa temática, na descentralização e na presença das comunidades locais porque, sem essa descentralização e sem as comunidades locais, é difícil que haja efetiva mudança em matéria ambiental.

Creio que é muito marcante o que aconteceu no próprio Brasil, depois da Reunião do Rio, de 92, com a difusão da discussão, com a participação mais ativa dos vários núcleos da sociedade, que nos tem dado, realmente, uma percepção muito mais rica de tudo isso. Portanto, estamos avançando.

Ao dizer isso, não estou querendo dizer que possamos substituir o papel do Estado na tarefa de aproveitar os impulsos da globalização e enquadrá-los dentro de objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável. Não há, portanto, uma contradição com a necessidade de definir as estratégias locais e as prioridades de desenvolvimento com o espírito aberto ao que acontece no mundo. É preciso que haja essa interação, também essa capacidade de redefinir, em função dos nossos valores, dos nossos interesses, das nossas condições, os influxos que vêm dos processos mais amplos que ocorrem no mundo todo.

É claro que as próprias formas de organização política do sistema internacional de hoje ainda são inadequadas para administrar a relação entre a humanidade e o ambiente natural, em bases sustentáveis. O mundo não está preparado ainda para isso.

Não sei se já seria possível falar de “governança ambiental global”. Até porque, às vezes, esse conceito de “governança ambiental global”, conforme ele seja usado, no mundo, pode ser contrário aos interesses de certas regiões, de certos países que possam estar partindo de concepções que não foram objeto de uma negociação e pode ser, também, uma imposição de fora para dentro que, também, não interessaria. Mas é óbvio, também, que existe, já, mesmo em nível global, uma maior percepção desses processos todos.

É preciso não esquecer que o reconhecimento da questão ambiental, até de uma espécie de ultrapassagem de fronteiras, na discussão das questões ambientais, é muito recente. Talvez o exemplo mais significativo disso tenha sido a posição tomada por Mikhail Gorbachov quando era, então, o todo-poderoso da então existente União Soviética. No seu livro mais famoso, Gorbachov foi, talvez, o primeiro líder mundial a dizer, com todas as letras, que não dava mais para resolver as questões de Estado e as questões entre os Estados se não se tomassem em consideração a Humanidade, a questão do horror da guerra, as consequências do desastre atômico sobre o meio ambiente. De alguma maneira, ele superou – não sei nem se ele tinha consciência disso, na época – a bagagem da qual ele vinha, de análise marxista, que era uma análise baseada em classes, em Estado, Estado-Nação, embora aí já houvesse uma indicação para a internacionalização.

Ele coloca a questão do ângulo oposto. Ele diz: “Olha, não dá mais para continuar pensando – ele não usou essa expressão – se nós não entendemos que começa a haver a Humanidade como sujeito concreto da História”. Não vou entrar em teorias hegelianas, de que eu gosto, mas é um pouco uma revolução hegeliana, quer dizer, há o universal concreto. A Humanidade, ao invés de ser um conceito abstrato, passa a ser alguma coisa que existe na História e passa a ser sustentáculo de políticas novas.

Bom, claro, não creio que Gorbachov jamais tivesse utilizado a expressão “desenvolvimento sustentável”. Não era do horizonte dele. Mas a atitude tomada, na ruptura dele com o mundo no qual

ele vivia, é que é indicativa de que a comunidade internacional também teve que tomar em consideração as questões ambientais, até mesmo por causa do avanço tecnológico que colocou em perigo a sobrevivência da espécie humana.

De qualquer maneira, hoje, já existe uma percepção de que é preciso lutar contra monopólios de riqueza, de poder e de saber, em escala global, para que se possa criar uma espécie de *framework* de cooperação ampla e sustentada no nível internacional, de tal maneira que possamos identificar e gerir os grandes problemas ambientais do nosso tempo.

Isso, é claro, envolve uma dimensão de valores. Por isso, o Ministro falou aqui com muita clareza. Envolve uma dimensão de valores. Há que se perguntar: o que significa viver bem em um mundo onde a globalização e a interdependência diluem fronteiras, integram mercados, flexibilizam o processo de produção, multiplicam fluxos financeiros, mas também, como foi dito, aumentam a geração de problemas ambientais, criam mais pobreza, criam mais exclusão? Essa questão é, talvez, central no plano dos valores para ser resolvida nas próximas décadas pela Humanidade, como sujeito da História.

Os avanços tecnológicos, claramente, são fantásticos, estão revolucionando o mundo, mas não são suficientes, por eles mesmos, para tornar o mundo melhor. Essa tecnologia, para ter sentido, tem que servir ao bem comum e, portanto, temos que colocar valores: até que ponto essa tecnologia vai desempregar? Até que ponto essa tecnologia cooperá para a devastação ambiental? Há, portanto, um conjunto de valores que são de natureza superior ao próprio reconhecimento das vantagens materiais trazidas por elas e trazidas por essas novas formas de organização da produção.

O valor que está por trás disso – e está no próprio conceito de desenvolvimento sustentável – é o de que é possível haver uma sociedade sustentável, se esses valores se orientarem por uma espécie de humanismo renovado, que há de dar embasamento filosófico a todas essas modificações que estão ocorrendo. Esse horizonte humanístico é, por-

tanto, indispensável para que não se percam de vista a política e os valores, portanto, com tudo que vem em consequência disso, que é o fortalecimento da democracia, dos direitos humanos, que são valores fundamentais, que vêm associados ao fim da exclusão social, e a integração do homem com o seu ambiente natural, de tal maneira que, a partir daí, se possa vislumbrar a emergência de uma consciência universal, dentro de uma geração e entre distintas gerações.

Acho que o Brasil está se preparando para partilhar dessa mensagem de universalidade, se ele for capaz de incorporar, efetivamente, a sustentabilidade como uma abordagem para o desenvolvimento e como um caminho para o futuro.

Naturalmente, quando o governo começa a tomar decisões, como no programa Avança Brasil, nós já vamos nessa direção. Com as críticas que se possam fazer, até do ângulo ambiental, é uma tentativa de não pensar no desenvolvimento só como economia, só como infra-estrutura, mas incorporando educação, saúde, a preocupação com o meio ambiente, a definição de formas mais adequadas de dispersar o ser humano no espaço geográfico, e assim por diante.

Portanto, e eu disse, recentemente, em Hannover: é hora de resgatar o espírito de convergência da Agenda 21 que foi aprovada no Rio de Janeiro. E essa Agenda 21 é parte desse esforço. Temos que aproveitar cada oportunidade para estabelecer os mecanismos necessários para o acesso do mundo em desenvolvimento aos recursos financeiros novos e adicionais e às tecnologias limpas e lutar, nos fóruns políticos, para que aquelas recomendações avancem. Por exemplo, para que se reduzam, efetivamente, as emissões dos gases de efeito-estufa, que aquecem o planeta, como prevê o Protocolo de Kioto, até hoje não endossado pelos países que deviam tê-lo endossado há mais tempo. Protocolo esse para o qual a cooperação da delegação brasileira em Kioto foi decisiva, porque criamos um mecanismo que permite a redução de emissão de gases que produzem o efeito-estufa e um mecanismo de compensação entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Acho que temos que avançar nisso da mesma maneira como temos que reconhecer os direitos de propriedade intelectual sobre os

conhecimentos tradicionais, como determina a Convenção sobre Diversidade Biológica.

É preciso consolidar o uso sustentável das florestas e das águas. É preciso reconhecer e agradecer que, ontem, o Senado, depois da Câmara, acabou de aprovar a Agência Nacional de Águas, a ANA, que é fundamental se quisermos, efetivamente, ter um manejo adequado das águas do Brasil e se quisermos ter um aproveitamento dessas águas que não venha a ser, no futuro, danoso para o ser humano. É uma coisa importante.

É preciso não esquecer que o Brasil detém 40% das florestas tropicais e 20% da água doce do planeta. Temos, aqui, um manancial muito grande. Temos, também, o maior parque industrial do hemisfério sul. E 75% das nossas populações vivem em cidades. Temos que equilibrar essas coisas.

Obviamente, uma evolução industrial, nos termos em que ela se dá hoje, não é, necessariamente, conforme os anseios do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, o fato de dispormos de água e dispormos de florestas, em várias partes do país, não compensa a inexistência de condições de sustentabilidade noutras partes do país. Temos que ter, aí, um esforço, tanto em utilizar melhor, para efeito também produtivo, as áreas que hoje são florestas, e têm água mantendo a floresta, como usar de forma menos danosa as áreas onde há concentração urbana e onde não existe essa possibilidade de se fazer, de imediato, um avanço maior. De qualquer forma, estamos avançando nessa direção. E a Agenda 21 vai nesse caminho, também.

Quero lhes dizer, como já foi mencionado há pouco, pelo Ministro Sarney Filho, que na minha recente viagem à França, eu tratei... Aliás, eu tratei, não, foi o Presidente Chirac e o Primeiro-Ministro Jospin que conversaram comigo sobre a necessidade de darmos um impulso ao Programa-Piloto sobre as Florestas Tropicais, o PP-G-7, com o apoio da Comissão Européia e do Banco Mundial. Eles levaram o compromisso de discutir, em Okinawa, onde vai haver uma reunião do G-7 agora, esse tema. De tal maneira que aquilo que pa-

recia que ia ser uma grande ajuda, e que acabou sendo uma ajuda limitada, embora em funcionamento – o PP-G-7 está funcionando –, que tenha o impulso necessário, em termos de dinheiro. A promessa inicial foi 2 bilhões de dólares. Agora, com quaisquer 500 milhões já estamos contentes.

De qualquer forma, acredito que a disposição, tanto mais que isso foi uma disposição que nasceu da conversa do Presidente Chirac, não foi proposta minha, indica que existe, também, essa preocupação. Tomara que, efetivamente, na reunião que vai se realizar – creio que agora, em julho, ou junho – em Okinawa, seja possível revitalizar esses programas.

Queria, finalmente, lhes dizer o seguinte, um pouco repetir o que foi dito: temos que perceber que sem o que foi aqui definido pelo Ministro, sem essa participação mais ampla da sociedade, as nossas palavras vão ficar registradas – se é que vão ficar – em algum canto dos arquivos nacionais, mas elas não terão efeito prático. O efeito prático depende não só da ação do Governo, mas da absorção, pela sociedade, desses conceitos e das suas práticas. E, para isso, nós precisamos dos empresários. Aqui estão representados pelo Conselho de Desenvolvimento Sustentável dos empresários, mas precisamos de uma participação ativa e uma compreensão deles. Uma participação crescente das organizações não-governamentais e de todas as expressões da sociedade civil.

Como eu disse há pouco, e é o óbvio, no mundo contemporâneo não se pode mais governar se não se entender que existem grupos da sociedade civil que se organizam e que fazem parte do processo deliberativo. Costumo dizer, e digo sempre, que essas organizações não-governamentais deveriam ser organizações neogovernamentais, não no sentido negativo de que elas venham a ser absorvidas ou manipuladas pelo Governo, mas no sentido positivo e ativo de que elas venham a ser uma parte do processo decisório.

Não creio que o Estado deva se fechar às ONGs só porque elas não têm mandato, não têm legitimidade popular. Elas assumem, às vezes, um mandato que não têm. Mas isso não é razão suficiente, porque

elas têm um outro tipo de mandato. Elas têm um mandato de serem orientadas por umas questões fundamentais. E essas questões fundamentais, de alguma forma, quando a sociedade se organiza, repousam nessas organizações não-governamentais e dão a elas, implicitamente, uma certa legitimidade. Tem, portanto, que haver uma negociação permanente do Governo com as ONGs. Fica ruim quando o Governo se fecha a elas, ou quando elas se fecham aos governos. Aí, não há, realmente, a convergência que é necessária para que as coisas avancem. Mas não nos iludamos. Em matéria ambiental, se não houver o apoio ativo das ONGs, também não faremos os avanços que precisaremos fazer. Da mesma maneira com os empresários.

Por último, não por último, mas por penúltimo, mas muito importante, é a mídia. Não vai haver mudança alguma na questão ambiental se não houver, como tem havido no Brasil, uma atitude muito ativa dos meios de comunicação, para que coloquem os problemas, ainda que exagerem. Nunca fazem isso. Mas, ainda que exagerassem, seria útil, porque chama a atenção. Às vezes, pode ser até com um certo grau de injustiça. Não tem importância. Mais grave é não falar. Mais grave é não colocar a questão. Mais grave é não ajudar a ampliar o grau de consciência social através da crítica.

A comunidade acadêmica e científica é outra parte indispensável desse processo, porque é a que vai, realmente, formar os conceitos, desenvolver as tecnologias. De alguma maneira, em outro plano, é legitimar as ações que se possam tomar. Ninguém vai adotar nenhuma ação contrária à comunidade científica em uma questão definida. Não vai. O Ministro acabou de mostrar a reação que houve no caso de uma legislação sobre florestas. Talvez até nem bem compreendida a proposta que estava sendo discutida. Mas não importa. Mostrou a sensibilidade que há para essa matéria. E as organizações científicas fazem parte disso, e a comunidade acadêmica.

Por fim – talvez, mais importante –, acho que, no mundo de hoje, assim como há novidade na política, há novidade na sociedade. E, talvez, a mais importante – e falo isso porque estamos também em uma época em que estamos tendo, em Nova York, uma reunião sobre

o tema – seja a questão de gênero. Sem a participação ativa das mulheres, é muito difícil haver mudança cultural. A mudança cultural repousa, hoje, em grande parte, na organização, na ação muito efetiva das mulheres. Por que isso? Porque estavam fora. Estão entrando. E quem está entrando no processo decisório, na força de trabalho tem mais energia nova para colocar à disposição da sociedade e mais facilmente assume as bandeiras que são as bandeiras inovadoras, como é o caso do desenvolvimento sustentável.

Com isso, não quero diminuir o papel dos homens, da necessidade, da responsabilidade e tudo o mais. Não estou aqui chegando a tal exagero. Mas fiz essa referência específica às mulheres porque estamos, agora, também lá em Nova York, com uma conferência chamada Pequim + 5, que é uma conferência importante para recolocar a questão de gênero em nível mundial. Embora no Brasil os indicadores da participação da mulher na força de trabalho sejam bastante elevados, a legislação já seja bastante mais avançada em termos de igualdade, quando se olha o salário para trabalho de valor intelectual igual, a mulher ganha menos que o homem. Não pode. Vai ter que mudar isso.

E assim vai. Há uma série de outras questões que creio que fazem parte dessa mesma temática do desenvolvimento sustentável.

Acho que vamos ter, em pouco tempo mais, uma outra conferência, que é a Rio+10. Nessa ocasião, as Agendas 21 vão ser reavaliadas. Tenho a certeza, sobretudo com a energia do Ministro Sarney, com a disposição que se nota na sociedade brasileira para enfrentar esse temas, de que o Brasil vai participar ativamente desse esforço do Rio + 10. E temos o que apresentar. Temos muitos problemas, muitas dificuldades. Erramos muitas vezes – *mea culpa*, como está na moda –, mas também se fez alguma coisa. E a crítica do que não se fez é muito boa, à condição de que ela abra caminhos e motive, dê energias para que se faça e não à condição de que dela se gere uma espécie de desânimo, de paralisia.

Pelo que ouvi hoje, aqui, estamos no contrário da paralisia. Estamos em plena ação, em plena elaboração. Tenho certeza de que, com a ajuda de todos aqui presentes, vamos avançar mais e mais.

Termino agradecendo aos Governadores. Um é do Acre e outro, do Tocantins. São estados que têm uma necessidade urgente, porque são novos, estão em um desenvolvimento novo agora, de entrar nessa trilha do desenvolvimento sustentável. Mas, além de agradecer aos Governadores, quero, mais especificamente, agradecer aos que colaboraram nessa comissão diretamente, ao Ministro e a todo o Ministério do Meio Ambiente.

Muito obrigado.